

Introdução ao “Dossiê Brasil”

Jane A. Russo¹

No Brasil, como em outros países da América Latina, a formação de um campo psi ocorreu a partir da assimilação e incorporação de teorias e práticas da psiquiatria, da psicologia e da psicanálise vindas da Europa e dos Estados Unidos. Longe de uma mera reprodução de “idéias fora do lugar”², no entanto, assistiu-se a uma transformação do que nos vinha de fora, já que se fazia necessário enfrentar novas questões, problemáticas diversas e produzir articulações inovadoras.

Os artigos que compõem este dossiê procuram demonstrar o modo como se deu essa transformação, apresentando e discutindo as urgências sociais e políticas que se colocaram para os profissionais e intelectuais responsáveis pela propagação das novas doutrinas. Abordam partes da história do surgimento e do desenvolvimento de um campo de saberes e práticas psi em dois momentos específicos. Os artigos de Cristiana Facchinetti e de Ana Teresa Venancio focalizam as primeiras décadas do século XX – quando os saberes psi se implantavam no país; os de Manoel Olavo Teixeira e de Ana Cristina Figueiredo voltam-se para os anos 1970, período em que ocorre o chamado “boom” psicanalítico – momento chave para a implantação e florescimento de uma potente cultura psi em terras brasileiras.

São dois momentos muito distintos em termos da história do país. Nos dois casos há um forte entrelaçamento entre o modo como se constituía o campo psi e o contexto sócio-político que o país atravessava. Ou seja, no início do século, e depois, no seu último quartel, os saberes e as práticas psi buscarão (ou serão buscados para) responder questões colocadas pelo momento político e social.

É possível datar o surgimento, ainda incipiente, de um campo psi no país em meados do século XIX, com a implantação da primeira instituição destinada a doentes mentais em solo brasileiro. A fundação do antigo hospício de Pedro II marca a paulatina constituição da psiquiatria brasileira enquanto um ramo específico da medicina, que se constituiu como cátedra da Faculdade de Medicina algumas décadas depois, já no final do século.

Após a proclamação da república, nos anos 1910 e 1920, surgiu um conjunto de associações e sociedades, que congregavam a elite intelectual do período, formada por médicos, engenheiros, advogados, entre outros, que buscavam na ciência uma espécie de projeto civilizatório para a nação. A medicina e, em seu interior, a psiquiatria, por seu caráter essencialmente normativo no que diz respeito aos comportamentos, colocavam-se como peças chave neste processo. A questão racial constituía então uma problemática política incontornável: como manter a hierarquia social pré-abolição, com a manutenção da superioridade da elite branca, sem afrontar os princípios republicanos da igualdade jurídica e política de todos os cidadãos? A medicina e, em especial, a psiquiatria ofereciam uma “solução” para o problema colocado pelos negros libertos. A desigualdade entre brancos e não-brancos não se explicaria pela desigualdade de oportunidades ou de educação, mas por características biológicas, herdadas geneticamente na maioria dos casos. Deste modo, a explicação pela biologia acionada por médicos e psiquiatras³, fundamentada na “natureza” de cada raça, deixava fora da discussão questões de ordem sócio-econômica ou política. A hierarquia podia ser mantida sem que se desafiasse os princípios igualitários do ponto de vista jurídico ou político, pois ela era respaldada por teorias “científicas”.

O artigo de Ana Teresa Venancio, que analisa a obra de Henrique Roxo, catedrático de psiquiatria nos anos 1910 e 1920, demonstra como a busca de respaldo científico para teorias raciais mantinha um debate importante entre os psiquiatras do período. Como argumenta a autora, não se trata de afirmar um desvio da psiquiatria (que não estaria tratando de questões propriamente médicas), mas de compreender que as questões médicas eram (e são) desde sempre sociais.

1 Professora do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - IMS/UERJ; pesquisadora do CLAM (Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos).

2 Faço referência aqui ao título do artigo de Roberto Schwarz, publicado em *Ao vencedor as batatas* (Rio de Janeiro, Ed. 34, 2000, 5ª edição) em que ele discute a disparidade entre as idéias do liberalismo europeu e a sociedade escravista.

3 Nem todos os médicos e psiquiatras faziam uso dessas idéias, ver o artigo de Ana Teresa Venancio neste dossiê.

A disputa entre os partidários do alienismo francês e do organicismo kraepeliniano, que domina a obra de Roxo, foi atravessada pela chegada de uma nova e estranha doutrina: a psicanálise. Vários autores que tratam da recepção da psicanálise no Brasil enfatizam a simpática acolhida à nova teoria por parte de grandes nomes da nascente psiquiatria brasileira, dignos representantes do *establishment* médico da época (incluindo o próprio Henrique Roxo). A forte relação que então se estabeleceu entre psiquiatria e psicanálise vai marcar a história de ambas no país, em especial no Rio de Janeiro, onde se concentrava a elite médica de então.

Como ocorreu em outros países, entretanto, a psicanálise transbordou os limites estritos da medicina. Em São Paulo, a primeira sociedade de psicanálise fundada no Brasil (em 1927), recebia em suas reuniões representantes da elite econômica e, sobretudo, intelectual da cidade, transformando-se em um acontecimento social. A vanguarda artística da época buscou na psicanálise fonte de inspiração para suas propostas críticas.

Nos dois casos – do *establishment* médico do Rio de Janeiro e da vanguarda artística paulista – a questão que movia os sujeitos é a mesma: a construção de um projeto para a nação. Nestas primeiras décadas do século XX, as questões colocadas para a jovem república remetiam necessariamente para a identidade de seu povo. De fato, a presença de três raças (duas delas “coloridas”) e a mestiçagem decorrente de sua mistura diziam respeito à identidade tanto *física* quanto *moral* do povo brasileiro.

Do ponto de vista dos bacharéis e catedráticos, tratava-se construir a possibilidade de *civilizar* um povo mestiço, pobre, ignorante e doente. Ou, melhor dizendo, pobre, ignorante e doente *porque* mestiço.

Para a vanguarda modernista, tratava-se de valorizar a mestiçagem (tanto física quanto moral) como identidade positiva e subversiva. Subversiva justamente em relação às expectativas civilizadoras de uma Europa branca, burguesa e conformada.

A psicanálise vai ser interpretada, relida e utilizada para essas duas finalidades, como demonstra Cristiana Facchinetti em seu artigo sobre Oswald de Andrade, escritor modernista, e Julio Porto Carrero, psiquiatra. Não se trata de avaliar o bom ou o mau uso da doutrina freudiana, mas examinar seu papel de fiadora de diferentes projetos civilizatórios.

Nos dois casos, em que pese posições opostas em franca contradição, trata-se de projetos *modernizadores*, cada qual a seu modo. E a psicanálise vai se revelar uma peça fundamental na agenda modernizadora.

Modernização e civilização eram de fato processos complementares. Modernizar era preciso, tanto para os psiquiatras quanto para os escritores modernistas. Nos dois casos, embora as concepções e atitudes políticas fossem

divergentes, estava colocado um certo caminho para a constituição de uma cultura psi. Tanto para uns quanto para os outros, modernizar significava deixar para trás a pesada tradição conservadora, calcada em preceitos morais vindos da religião católica e no pesado legado colonial que a monarquia não soubera ultrapassar. Para os psiquiatras, a ciência era a via pela qual essa tradição seria superada. Tal *démarche* fica muito clara nos escritos de Henrique Roxo e de Porto-Carrero. Este último, por exemplo, vai se declarar a favor do aborto em casos específicos e propugnar pela “democratização” da vida familiar, valorizando o papel da mulher e o diálogo com os filhos. Já os escritores modernistas vão desafiar as convenções “burguesas”, atreladas ao conservadorismo religioso e político, através não apenas da sua arte, mas do seu próprio estilo de vida.

É possível, portanto, afirmar que os temas da civilização e da modernização serão centrais para a formação e desenvolvimento de uma cultura psi no Brasil – tendo a psicanálise como uma das engrenagens desse processo.

O modo como o processo de modernização se apresenta na segunda metade do século e sua imbricação com o desenvolvimento e florescimento de saberes e práticas psi vai ser o tema de fundo dos artigos de Ana Cristina Figueiredo e Manoel Olavo Teixeira.

Os anos 1960 e 1970, período em que se desenrolam os eventos analisados por Figueiredo e Teixeira, constituem um momento exemplar do que se poderia chamar modernização autoritária. Este foi um momento em que, como diversos outros países da região, o Brasil passou por uma ditadura militar que começou em 1964 e durou pouco mais de vinte anos. Sua fase de maior repressão e perseguição política cobriu exatamente a primeira metade dos anos 1970. Paralelo à absoluta intolerância para com qualquer tipo de dissidência política ou liberdade de expressão, o país conheceu, neste momento, um período de euforia econômica sem precedentes (o chamado

“milagre brasileiro”). É um momento em que, aproveitando-se da “tranqüilidade” política, o capital internacional monopolista investiu pesadamente no país. O governo militar, ao mesmo tempo em que representava os setores mais reacionários da sociedade, também tinha como objetivo permitir a penetração do capital internacional, assegurando às indústrias aqui estabelecidas a formação e o crescimento de um mercado consumidor. Neste sentido, colocava-se uma contradição para os representantes da ditadura: a moralidade que sustentava o obscurantismo político não podia atrapalhar a modernização do consumo. A modernização tecnológica ocorrida no setor de telecomunicações é um bom exemplo dessa contradição. Tendo como consequência um impressionante incremento da indústria cultural, assegurou à população, em especial aos mais providos de meios econômicos, o contato com valores e comportamentos *modernos* originários dos países centrais. O que, do ponto de vista da moralidade vigente, contrariava os interesses dos setores mais retrógrados que haviam apoiado o golpe militar. Também o crescimento econômico do período alimentava essa contradição, na medida em que provocava a ascensão social de importantes setores das camadas médias da população urbana. Verificou-se, assim, uma intensa mobilidade social que, de novo, implicava a adoção de valores e comportamentos *modernos* que, por sua vez, transformava as famílias em um sentido contrário ao propugnado pela tradição mais conservadora.

Neste período, a psicanálise, que se institucionalizava no país desde o final dos anos 40 e início dos anos 50, conheceu um florescimento sem precedentes. A demanda por terapia analítica cresceu de forma avassaladora, e uma *weltanschauung* psicanalítica difundiu-se tanto entre profissionais do meio psi, quanto entre leigos de todo tipo. É possível estabelecer uma relação entre a modernização individualizadora de comportamentos e valores promovida um tanto ao quanto involuntariamente pela política econômica da ditadura e a intensa difusão da psicanálise. Uma macro-análise como esta, entretanto, deve ser complementada por estudos de caso mais localizados, que discutam diferentes aspectos da difusão psicanalítica, suas relações com o campo profissional psi e com o contexto cultural do período, como é o caso dos artigos de Figueiredo e Teixeira.

Ambos apresentam movimentos ocorridos no Rio de Janeiro, ex-capital do país e cidade onde a proliferação de instituições e centros de formação psicanalíticos atingiu seu auge, adquirindo um caráter bastante particular quando comparado com as outras capitais brasileiras.

Figueiredo focaliza a disputa entre psicólogos e psiquiatras em torno do monopólio e da transmissão do título de psicanalista em meio à intensa difusão da psicanálise enquanto prática e visão de mundo. O artigo mostra os atravessamentos entre a política do campo profissional e o campo da política no modo tal disputa se “resolveu”. De um lado as acusações de cumplicidade com a ditadura feitas a um analista de uma das sociedades “oficiais” leva a uma crise que favorece a quebra do monopólio médico, de outro uma leitura política da psicanálise trazida por psicanalistas argentinos (muitos exilados pela ditadura de lá) oferece um forte discurso contra a ortodoxia médica, e, por último, a uma nova hegemonia política, também essencialmente anti-médica, que surge no interior do próprio campo psicanalítico, representada pelo lacanismo. Os atravessamentos são distintos, mas mostram como a luta contra autoritarismo político mais abrangente de algum modo se articulava à luta contra a ortodoxia, também vista como autoritária, das sociedades psicanalíticas “oficiais”.

Teixeira trata do movimento das comunidades terapêuticas, importante ponto de contato, naquele momento, entre psicanalistas, de um lado, e psiquiatras e psicólogos em formação, de outro. Em seu artigo mostra como a psicanálise, em meio à intensa repressão política do período, podia ser vista como instrumento de libertação e mesmo de crítica social. De novo se faz patente o atravessamento entre a política do campo profissional e o campo da política: as comunidades terapêuticas do período, em especial a experiência paradigmática do Odilon Galotti, transformavam-se em experimentos democráticos radicais num período de total obscurantismo político.

Nos dois casos trata-se de movimentos que são tributários do surgimento e do desenvolvimento de uma forte cultura psi no país, que já vinha se desenhando na época em que Henrique Roxo, Júlio Porto-Carrero e os modernistas terçavam armas em torno de um projeto para a nação. Para os “psicólogos psicanalíticos” e os jovens engajados nas comunidades terapêuticas, também encontramos uma luta em torno de um projeto. Seria este um projeto para a nação? No caso das comunidades terapêuticas, me parece que sim. A revolução nos hospícios parecia mimetizar e anunciar uma revolução social. No caso da disputa em torno do monopólio do título e da formação em psicanálise, não se lutava pela revolução, mas pela definição dos contornos de um campo profissional e de

seu papel nos destinos da nação.

Os artigos que compõem este dossiê não esgotam, evidentemente, as possibilidades de análise do surgimento e expansão de uma cultura psi no Brasil. Trazem à tona alguns de seus aspectos específicos buscando ressaltar certas linhas de força que a atravessam, como a questão da modernização. Em todos os casos o que se buscou foi ultrapassar as fronteiras disciplinares das diferentes profissões, bem como as querelas meramente corporativas, procurando compreendê-las como parte de um processo sócio-cultural mais amplo.